

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

15  
Dez  
2017

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras  
luguêis



**Respeitem os idosos!**

Ontem os idosos levaram a melhor. O Tribunal de Justiça condenou os pais de um jovem a indenizar (R\$ 25 mil) a família de um senhor que morreu atropelado por uma moto e obrigou a Prefeitura de São Gabriel da Palha a construir um abrigo para os vovôs.

## **Pais terão de pagar indenização por acidente**

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) condenou os pais de um menor de idade que conduzia uma moto que atropelou um idoso, em Nova Venécia. A vítima não resistiu aos ferimentos e morreu.

Os familiares do jovem deverão indenizar em R\$ 25 mil os parentes do idoso. A vítima atravessava uma avenida quando foi atingida, e o menor não teria prestado socorro.

## Justiça obriga prefeitura a ter abrigo para idosos

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça negou recurso à Prefeitura de São Gabriel da Palha (Região Norte), que pretendia reformar a sentença que a condenou a construir abrigo para idosos.

Segundo a decisão do TJES, é obrigação do setor público garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde, permitindo um envelhecimento digno.

Segundo a Relatora, Desembargadora Janete Vargas Simões, existem provas de que a prefeitura negligenciou previsão orçamentária para aplicar verba à área da seguridade social e moradia do município.



**JANETE** Vargas Simões: relatora

## **Justiça condena estudante que portava mais de 1 milhão de reais em drogas**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/12/1513288803161280334.html>

## CRIME NO HUCAM

# Ao contrário do que disse à polícia, Hilário não aceitou a separação

FERNANDO MADEIRA - 21/09/2017

**Conversas do policial revelam que separação não foi amigável como ele havia afirmado**

RAQUEL LOPES  
rlopes@redgazeta.com.br

Ao contrário do que disse em depoimento à Polícia Civil, um dia após o crime, conversas revelam que Hilário Frasson, um dos acusados de ser o mandante da morte da médica Milena Gottardi, 38, não aceitava a separação dos dois. Ele, inclusive, chegou a mencionar no dia do crime que "não desistiria nunca".

As conversas foram colhidas após interceptações telefônicas e constam no inquérito policial que investigou a morte da médica, a qual A GAZETA teve acesso. Milena foi baleada na cabeça no dia 14 de setembro, no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam), quando saía do trabalho. No dia seguinte teve a morte declarada.

A conversa sobre um possível divórcio começou em março deste ano. Em diálogos trocados com o cunhado, Hilário afirma que queria manter a união com a médica. Disse que iria procurar um psiquiatra e pararia de beber. "Vou deixar ela comandar literalmente a minha vida. Vale a pena tudo para manter nossa família", disse, ao telefone.

No decorrer do mês, segundo o inquérito há uma "crescente decisão da vítima pela separação". Dessa forma, Hilário tenta usar a interferência da família de ambas as partes para que isso não ocorra. "Papai me ligou chorando porque Milena disse para ele não ter esperança", diz ao cunhado.

A partir do mês de maio a médica tomou sua decisão pelo divórcio e as conversas de Hilário com a família dela se intensificam. Inclusive, no dia 5 de abril, Milena consegue uma liminar que o obriga a sair de casa, o deixando indignado. "Rapaz, não tinha qualquer razão para isso", afirma a um conhecido.

A partir de então, o policial civil começa a se portar de maneira desequilibrada, demonstrando desânimo e tristeza. Hilário



Hilário foi preso acusado de mandar matar a médica Milena (destaque)

chega a sugerir em uma das conversas, que "ponte" seria uma solução, se referindo a 3ª Ponte (suicídio), sendo repreendido por uma conhecida. "Ela jogou fora toda a nossa história. Tudo o que fiz para ela e para a família dela", disse a uma conhecida em julho.

## VÍDEO

Hilário também gravou um vídeo no mês de setembro, dias antes do crime. Em um dos trechos ele aparece sem aliança na mão. Em seguida, aparece com a aliança e fala: "Minha família de volta", diz em vídeo. Ele estava ouvindo The Scientist, da banda Coldplay. A letra da música, inclusive, fala sobre se-

## MENSAGEM

*"Não vou desistir nunca da minha família. Só não consigo compreender por que esse rancor dela"*

HILÁRIO FRASSON  
EX-MARIDO DE  
MILENA GOTTARDI

paração. "É uma pena nós nos separarmos. Ninguém jamais disse que seria tão difícil assim", diz trecho da música em tradução livre.

Apenas nas mensagens trocadas no dia 14 de setembro, horas antes do crime, é que Hilário parece estar mais conformado

com a separação. No entanto, nunca pensou em desistir da médica. "Não desisto nunca, irmão", disse ao cunhado.

No inquérito, a Polícia Civil concluiu "que há contradição no padrão das mensagens desde o início da separação em comparação com a mensagem enviada pelo investigado minutos antes do crime", diz o documento.

As mensagens contradizem o que Hilário falou à polícia um dia após o crime, quando afirmou que a separação ocorria de forma amigável e consensual. Ele disse ainda que a separação aconteceu pelo desgaste natural do re-

lacionamento e que estava conformado.

## CONCLUSÃO

O inquérito ressalta ainda que após a morte de Milena, Hilário fez pesquisas na internet em sites de pornografia, "comportamento esse que não condiz com um homem enlutado, o qual demonstrou nas mensagens ao longo dos meses, ao se apresentar apaixonado e disposto a mudanças para resgatar sua família", diz um dos trechos do inquérito.

## OUTRO LADO

O advogado de Hilário Frasson, Homero Mafra, foi procurado por A GAZETA. Mas até o fechamento da edição ele não atendeu as ligações e não respondeu as mensagens.

## Maçonaria decide caso na segunda

A Grande Loja Maçônica do Espírito Santo vai decidir na segunda-feira (18) se irá suspender definitivamente os direitos maçônicos de Hilário Frasson. Ele é acusado de ser um dos mandantes da morte da médica Milena Gottardi, 38, no dia 14 de setembro. "Na segunda-feira teremos um posicionamento", esclarece o Grão-Mestre Walter Alves Noronha.

A decisão foi divulgada no dia 21 de setembro e, desde então, o policial civil está temporariamente suspenso até que todos os fatos envolvendo a participação dele no crime sejam esclarecidos, processados e julgados.

De acordo com uma circular a que a reportagem teve acesso, "todo maçom deve primar pelo bom nome da Ordem, conservando-se cidadão honesto e nunca atentar contra a honra de ninguém, principalmente de seus familiares, zelando sempre pelo mais rigoroso respeito aos princípios e ensinamentos da maçonaria, não podendo em momento algum manchar suas mãos nas impurezas do crime".

## CONVERSA

A conversa transcrita abaixo foi entre Hilário e o cunhado no dia em que a médica foi assassinada, por um aplicativo de mensagens.

▼ **Cunhado:** Como está? Que anda fazendo?

▼ **Hilário:** Bom dia.

▼ **Cunhado:** Coração só tristeza

▼ **Cunhado:** Q q manda? Já está morando em vix?

▼ **Hilário:** Falto pegar uns documentos com a Milena só

▼ **Cunhado:** Tenho conversado com ela de novo mas ela está resistente

▼ **Hilário:** Não desisto nunca irmão. Amo ela demais

▼ **Cunhado:** Mas vc acha q ela vai voltar atrás....?

▼ **Hilário:** Quero sempre acreditar nisso. Vou ser

romântico e educado com ela sempre. Eu sei que tem um pouco de amor por mim ainda

▼ **Cunhado:** Acho q ela nao volta atrás mais não....falou q está decidida...mas..

▼ **Hilário:** Não desisto

\*A conversa foi transcrita da mesma forma que consta no inquérito

VEJA NA  
INTERNET

www.gazetaonline.com.br

## VÍDEO

Confira vídeo gravado pelo policial civil pouco antes do crime.

leia.ag/hilario

## Ao contrário do que disse à polícia, Hilário não aceitou a separação

### Conversas revelam que a separação não foi amigável como Frasson havia afirmado durante as investigações

Ao contrário do que disse em depoimento à Polícia Civil, um dia após o crime, conversas revelam que Hilário Frasson, um dos acusados de ser o mandante da morte da médica Milena Gottardi, 38, não aceitava a separação dos dois. Ele, inclusive, chegou a mencionar no dia do crime que “não desistiria nunca”.

As conversas foram colhidas após interceptações telefônicas e constam no inquérito policial que investigou a morte da médica, ao qual A GAZETA teve acesso. Milena foi baleada na cabeça no dia 14 de setembro, no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam), quando saía do trabalho. No dia seguinte teve a morte declarada.

O primeiro caso é do ex-vereador Alceir Nunes de Almeida, que na época era do PTdoB. De 2010 a 2013, ele teria mantido uma conversa sobre um possível divórcio começou em março deste ano. Em diálogos trocados com o cunhado, Hilário afirma que queria manter a união com a médica. Disse que procuraria um psiquiatra e pararia de beber. “Vou deixar ela comandar literalmente a minha vida. Vale a pena tudo para manter nossa família”, disse, ao telefone.

No decorrer do mês, segundo o inquérito há uma “crescente decisão da vítima pela separação”. Dessa forma, Hilário tenta usar a interferência da família das duas partes para que isso não ocorresse. “Papai me ligou chorando porque Milena disse para ele não ter esperança”, diz ao cunhado.

A partir do mês de maio, a médica tomou a decisão pelo divórcio e as conversas de Hilário com a família dela se intensificam. Inclusive, no dia 5 de abril, Milena consegue uma liminar que o obrigava Frasson a sair de casa. “Rapaz, não tinha qualquer razão para isso”, afirma a um conhecido em ligação.

O policial civil começa a se portar de maneira desequilibrada, demonstrando desânimo e tristeza. Hilário chega a sugerir em uma das conversas, que “ponte” seria uma solução, referindo-se à 3ª Ponte, sendo repreendido por uma conhecida. “Ela jogou fora toda a nossa história. Tudo o que fiz para ela e para a família dela”, disse a uma conhecida em julho.

Hilário também gravou um vídeo no mês de setembro, dias antes do crime. Em um dos trechos ele aparece sem aliança na mão. Em seguida, aparece com a aliança e fala: “Minha família de volta”, diz. No momento da gravação, ele ouvia a música The Scientist, da banda Coldplay. A letra da canção, inclusive, fala sobre separação. “É uma pena nós nos separarmos. Ninguém jamais disse que seria tão difícil assim”, diz trecho da música em tradução livre.

Apenas nas mensagens trocadas no dia 14 de setembro, horas antes do crime, é que Hilário parece estar mais conformado com a separação. No entanto, nunca pensou em desistir da médica. “Não desisto nunca, irmão”, disse ao cunhado.

No inquérito, a Polícia Civil concluiu “que há contradição no padrão das mensagens desde o início da separação em comparação com a mensagem enviada pelo investigado minutos antes do crime”, diz o documento.

As mensagens contradizem o que Hilário falou à polícia um dia após o crime, quando afirmou que a separação ocorria de forma amigável e consensual. Ele disse ainda que a separação aconteceu pelo desgaste natural do relacionamento e que estava conformado.

### CONCLUSÃO

O inquérito ressalta ainda que, após a morte de Milena, Hilário fez pesquisas na internet em sites de pornografia, “comportamento esse que não condiz com um homem enlutado, o qual demonstrou nas mensagens ao longo dos meses, ao se apresentar apaixonado e disposto a mudanças para resgatar sua família”, diz um dos trechos do inquérito.

O advogado de Hilário Frasson, Homero Mafra, foi procurado por A GAZETA. Mas até a publicação desta reportagem não havia atendido as ligações e não respondeu às mensagens enviadas.

### A CONVERSA

A conversa transcrita abaixo foi entre Hilário e o cunhado no dia em que a médica foi assassinada (14 de setembro), por um aplicativo de mensagens.

Cunhado: Como está? Que anda fazendo?

Hilário: Bom dia. Coração só tristeza

Cunhado: Q q manda? Já está morando em Vix?

Hilário: Falto pegar uns documentos com a Milena só

Cunhado: Tenho conversado com ela de novo mas ela está resistente

Hilário: Não desisto nunca irmão. Amo ela demais

Cunhado: Mas vc acha q ela vai voltar atrás...?

Hilário: Quero sempre acreditar nisso. Vou ser romântico e educado com ela sempre. Eu sei que tem um pouco de amor por mim ainda

Cunhado: Acho q ela nao volta atrás mais não....falou q está decidida...mas..

Hilário: Não desisto

\* A conversa foi transcrita da mesma forma que consta no inquérito

## **Caso Milena: acusados trocaram mais de mil ligações antes e após o crime**

### **O assassinato completa três meses e os acusados de participação seguem presos**

Os seis acusados de envolvimento na morte da médica Milena Gottardi, de 38 anos, trocaram 1.230 ligações e formaram uma rede de comunicação antes e após o crime. A informação é do advogado de defesa de Bruno Rodrigues Broero e Dionathas Alves Vieira. Segundo ele, os dados constam no inquérito policial.

Além disso, ele informou também que o inquérito sugere que o planejamento do assassinato começou pelo menos dois meses antes do crime. Já o advogado de Esperidião Carlos Frasson; pai de Hilário Frasson, apontado como o mandante; disse que esse número não procede e que foram feitas aproximadamente 400 ligações.

A médica foi assassinada em setembro deste ano após sair de um plantão no Hospital das Clínicas, em Vitória. Milena foi baleada na cabeça e chegou a ser socorrida, mas no dia seguinte sofreu morte cerebral. A médica deixou duas filhas pequenas. Hoje completa três meses que o crime aconteceu.

### **Envolvidos no crime**

Seis pessoas participaram do assassinato da médica. Segundo as investigações da Polícia Civil, o ex-marido da vítima, o policial civil Hilário Frasson, e o pai dele, Esperidião Carlos Frasson, foram os mandantes do crime.

De acordo com a Polícia Civil, pai e filho chamaram dois homens para serem os intermediadores do assassinato e contratarem o executor: o lavrador Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho, o "Judinho". Segundo a polícia, os dois são de Fundão e conhecem a família de Esperidião e Hilário há cerca de 30 anos.

Os dois intermediários, segundo as apurações da polícia, entraram em contato com Dionathas, que mesmo não conhecendo a vítima aceitou o serviço. Em depoimento, Ele disse que recebeu R\$ 2 mil para matar Milena. No entanto, os mandantes alegam que não pagaram pelo serviço. Para cometer o crime, Dionathas teria pedido para um cunhado dele, Bruno Rodrigues, roubar uma moto, o que foi feito.

## **Acusados de matar Milena trocaram mais de 1,2 mil telefonemas**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/grande-vitoria/v/acusados-de-matar-milena-trocaram-mais-de-12-mil-telefonemas/6356973/>

## DENÚNCIA DO MPES

SERVIDORES FANTASMAS  
TINHAM ATÉ 3 EMPREGOS

Ex-vereadores da Serra tinham assessores que não iam à Câmara

NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

Como não precisam bater ponto, os “assessores externos” do Poder Legislativo podem passar o dia transitando pelo município, sob o pretexto de que estariam conhecendo melhor as demandas da população.

Contudo, o que investigações feitas pelo Ministério Público na Câmara da Serra demonstram é que servidores, se aproveitando desta condição, atuavam em outros empregos neste mesmo horário de trabalho ou até mesmo ficavam em casa, “de sobreaviso”.

A prática de manter funcionários fantasmas, que é quando pessoas recebem dinheiro público mas não trabalham para aquilo que foram contratados, não se limitava apenas aos servidores ligados à presidência da Câmara, conforme A GAZETA mostrou ontem.

Nos últimos meses, outros dois vereadores foram denunciados à Justiça pela 13ª Promotoria Cível de Serra, acusados de também manter em seus gabinetes funcionários que não trabalhavam.

O primeiro caso é do ex-vereador Alceir Nunes de Almeida, que na época era do PTdoB. De 2010 a 2013, ele teria mantido um assessor externo que possuía, ao mesmo tempo, um



Entrada da Câmara: “assessores externos” não precisam bater ponto no local

vínculo de emprego com uma associação beneficente como motorista. Quando ele foi contratado pela Câmara, inclusive, já era empregado desta associação, sendo que a carga horária dos dois empregos era de 8 horas por dia.

Interrogado pela promotoria, o servidor admitiu que só passava no gabinete para assinar o ponto e sequer sabia quem era o chefe de gabinete ou o partido do vereador para o qual trabalhava. “Ele disse que o que fazia

para Alceir era dar notícia dos problemas da Serra; que como rodava nos bairros dirigindo para a associação, conseguia manter os dois serviços”, relata a promotora que assina a denúncia, Maria Clara Perim.

## CONJUNTURA

Mais recentemente, em 2015, o Ministério Público identificou novamente esta prática, desta vez no gabinete do ex-vereador Sebastião Sabino (PT). Ele é acusado de manter em seu

gabinete dois servidores que não trabalhavam.

Um deles foi um homem que trabalhou para Sabino por nove meses. As investigações demonstraram que enquanto ele esteve lotado no gabinete do vereador, ele passou a trabalhar como distribuidor de colchões, deu início a um curso supletivo e trabalhava como taxista.

O outro funcionário, que atuou por 1 ano e 2 meses na Câmara, afirmou, em depoimento, que passava a maior parte do tempo em casa. “O

dia que marcava ponto, estava a disposição e ficava lá, e nos dias em que não marcava ponto, estava liberado”, contou.

No último dia 4, a Justiça inclusive determinou liminarmente a indisponibilidade de bens de Sebastião e dos dois ex-funcionários, em razão da gravidade do ato e a necessidade de garantir o ressarcimento do patrimônio público.

## OUTRO LADO

O ex-vereador Sebastião Sabino declarou que ainda não foi ouvido pelo Ministério Público e nem notificado pela Justiça sobre esta Ação de Improbidade, e negou as acusações.

“Posso garantir que eles trabalhavam, tenho provas documentais e suas digitais. Além de vereador, sou gestor público e sempre combati servidores que não trabalhavam conforme a lei”, disse.

Sobre o trabalho dos assessores externos, alegou que supervisionava os relatórios dos servidores.

“Eu trabalhava de segunda a segunda, o que ganharia para manter um funcionário fantasma? Eu avaliava os relatórios, e você tem que confiar no que a pessoa está descrevendo ali”, afirmou.

O ex-vereador Alceir de Almeida foi procurado, mas não foi localizado pela reportagem.

## RELATOS

“Não ficava no gabinete porque só passava para assinar o ponto e fazia o serviço externo. Em regra assinava todos os dias, mas quando a Serra não era rota, o próprio Alceir autorizava assinar no outro dia”

“Meu trabalho era dar notícia dos problemas da Serra. E, como rodava nos bairros dirigindo para a associação, conseguia manter os dois serviços”

**SERVIDOR 1**, acusado de ser servidor fantasma de Alceir de Almeida

“O trabalho consistia em visitas a comunidades, participar de reuniões representando o mandato, na região mesmo onde a gente mora. As reuniões geralmente eram semanais”

**SERVIDOR 2**, acusado de ser servidor fantasma de Sebastião Sabino

“Eu não tinha a obrigação de ficar o tempo todo na Câmara. Quando era liberado, ficava em casa de sobreaviso. A regra era ficar em casa, à disposição, aguardando as ordens”

**SERVIDOR 3**, acusado de ser servidor fantasma de Sebastião Sabino

## Promotora: desvio da Câmara foi de R\$ 166 mil

Em uma outra denúncia envolvendo a Câmara da Serra, em um caso de suposta fraude à licitação, o prejuízo aos cofres públicos teria sido de R\$ 166 mil, ao contrário do que constava no título da reportagem de A GAZETA, publicada ontem, que dizia ser R\$ 166 milhões.

Neste caso, o denunciado

é o ex-presidente da Câmara, Raul César Nunes (Rede), sobre fatos de 2009, quando houve obras de ampliação e reforma da Sede do Legislativo. Ele é acusado de ter sido o responsável por irregularidades na contratação, direcionamento da licitação, o superfaturamento de preços e o uso de materiais de baixa qualidade.

Ele também está sendo responsabilizado por ter agido de forma irregular ao concentrar muitos poderes e funções nas mãos de um único servidor, que foi o superintendente geral da Câmara da época. Este funcionário e a construtora que executou a obra também estão entre os denunciados. O valor do dano ao erário,

de R\$ 166.831,51, está relacionado à aplicação de valores acima do referencial do Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo (Iopes), por parte da empresa vencedora da licitação, aponta a denúncia.

“Ao permitirem a contratação com sobrepreço, os requeridos geraram perda, desvio e apropriação do pa-

trimônio da Casa de Leis em benefício da empresa contratada. Eles também facilitaram e concorreram para a incorporação ao patrimônio particular de valores da Câmara, ao passo em que a empresa contratada foi beneficiada com contratação em valor superior ao de mercado”, descreve o Ministério Público.

## OS CASOS DOS EX-PRESIDENTES

## FANTASMAS

Três ex-presidentes da Câmara da Serra foram denunciados pelo Ministério Público por Improbidade Administrativa, por manter funcionários fantasmas em seus gabinetes. As gestões deles na Casa de Leis do município foram de 2007 a 2014.

## ALOÍSIO SANTANA

Foi presidente da Câmara da Serra de 2007 a 2008

## ▼ Acusação

Responde a uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, por suspeita de que uma servidora seria funcionária fantasma. Ela atuou no gabinete dele de 2007 a 2013.

## ▼ Nomeação

A denúncia também relata que houve desvio de finalidade na ocupação do cargo desta servidora, que teria sido contratada por ser viúva de um ex-vereador e ter perdido o direito à pensão.

## RAUL CÉZAR LUCAS

Presidiu a Câmara da Serra de 2009 a 2012.

## ▼ Acusação

Um servidor contratado para atuar como assessor do vereador, por cerca de 12 anos, seria funcionário fantasma, pois só

comparecia ao Legislativo para registrar sua frequência.

## ▼ Relatos

No relatório de Resumo de Atividades, o próprio servidor demonstrou que atendia somente interesses particulares e eleitorais do vereador. Alguns exemplos de atividades dele:

- "Estive em Jardim Bela Vista à procura de um velho amigo"
- "Reunião de família em minha casa a tarde e à noite confraternização"
- "Estive em Carapina Grande com amigos do bairro me informando de como vão as coisas"

## ▼ Prejuízo

De 2005 a 2016, o servidor recebeu ao todo R\$ 336.211,71 em

salários. O Ministério Público pede que este valor seja devolvido aos cofres públicos, corrigido, o que representa hoje R\$ 861.524,27.

## GUTO LORENZONI

## ▼ Acusação

A mesma servidora, que teria sido funcionária fantasma no gabinete de Aloísio Santana, foi chefe de gabinete da Presidência na gestão de Lorenzoni, e também é acusada de não trabalhar.

## ▼ Outro emprego

Embora o cargo na Câmara da Serra seja de 40 horas semanais, a servidora também trabalhava no supermercado de seu marido, inclusive com vínculo formal de emprego.

## ▼ Prejuízo

De abril de 2014 a janeiro de 2015, a servidora recebeu ao todo R\$ 171.98,01 em salários. O Ministério Público pede que este valor seja devolvido aos cofres públicos, corrigido, o que representa hoje R\$ 28.870,27.

FRAUDE  
RAUL CÉZAR NUNES

## ▼ Licitação

O ex-vereador também responde por suposta fraude a licitação, durante a obra de reforma da Sede da Câmara, em que teria havido um prejuízo de R\$ 166 mil.

## Acordo com MPES não saiu do papel

VITOR JUBINI - 08/06/2015



Sede do Ministério Público, que pedia que servidores fizessem relatório de atividades

## Órgão firmou termo com Câmara para limitar número de assessores isentos de bater ponto

▲ NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

Uma das medidas que poderia permitir maior controle sobre os assessores externos de vereadores, evitando a prática institucionalizada de manter funcionários fantasmas, foi praticamente abolida pelos parlamentares da Serra desde 2015.

Um ano antes, o Ministério Público firmou com a Câmara da Serra um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) prevendo que somente oito dos 15 assessores dos gabinetes

de cada vereador estariam isentos de bater ponto.

Esses servidores, entretanto, deveriam ficar obrigados a elaborar relatório mensal detalhado das atividades, protocolado necessariamente no setor administrativo da Casa. Tal relatório deveria ser atestado pelo vereador responsável e obedecer a um modelo padronizado pela Câmara, válido para todos os gabinetes. A eventual não entrega do documento caracterizaria falta funcional do servidor.

Contudo, como o TAC não havia sido regulamentado, durante o período de quase um ano nenhum assessor de gabinete estava obrigado a bater ponto. Nes-

se intervalo de tempo, os vereadores aprovaram uma resolução em que aumentaram para dez o número de liberados de bater o ponto, e estabeleceram que esses assessores só precisam assinar um relatório genérico e não padronizado, supervisionado por um servidor a quem o vereador delegaria a tarefa.

O Ministério Público chegou a entrar na Justiça para suspender a resolução da Câmara e fazer com que o TAC fosse cumprido, mas a Justiça entendeu que o objeto do TAC, que é a implantação e regulamentação do sistema biométrico de controle de frequência, é questão interna que deve ser resolvida no âmbito do Poder Legislativo.

## Política.

## OITO ANOS DE PODER NA SERRA SOB SUSPEITA

Três ex-presidentes da Câmara são acusados de manter funcionários fantasmas de 2007 a 2014



## A denúncia contra os ex-presidentes foi notícia

## Servidores fantasmas na Câmara da Serra tinham até três empregos

### Ex-vereadores da Serra tinham assessores que não iam à Câmara

A prática de manter funcionários fantasmas, que é quando pessoas recebem dinheiro público mas não trabalham para aquilo que foram contratados, não se limitava apenas aos servidores ligados à presidência da Câmara, conforme A GAZETA mostrou ontem.

Nos últimos meses, outros dois vereadores foram denunciados à Justiça pela 13ª Promotoria Cível de Serra, acusados de também manter em seus gabinetes funcionários que não trabalhavam.

O primeiro caso é do ex-vereador Alceir Nunes de Almeida, que na época era do PTdoB. De 2010 a 2013, ele teria mantido um assessor externo que possuía, ao mesmo tempo, um vínculo de emprego com uma associação beneficente como motorista. Quando ele foi contratado pela Câmara, inclusive, já era empregado desta associação, sendo que a carga horária dos dois empregos era de 8 horas por dia.

Interrogado pela promotoria, o servidor admitiu que só passava no gabinete para assinar o ponto e sequer sabia quem era o chefe de gabinete ou o partido do vereador para o qual trabalhava.

“Ele disse que o que fazia para Alceir era dar notícia dos problemas da Serra; que como rodava nos bairros dirigindo para a associação, conseguia manter os dois serviços”, relata a promotora que assina a denúncia, Maria Clara Perim.

### CONJUNTURA

Mais recentemente, em 2015, o Ministério Público identificou novamente esta prática, desta vez no gabinete do ex-vereador Sebastião Sabino (PT). Ele é acusado de manter em seu gabinete dois servidores que não trabalhavam.

Um deles foi um homem que trabalhou para Sabino por nove meses. As investigações demonstraram que enquanto ele esteve lotado no gabinete do vereador, ele passou a trabalhar como distribuidor de colchões, deu início a um curso supletivo e trabalhava como taxista.

O outro funcionário, que atuou por 1 ano e 2 meses na Câmara, afirmou, em depoimento, que passava a maior parte do tempo em casa. “O dia que marcava ponto, estava a disposição e ficava lá, e nos dias em que não marcava ponto, estava liberado”, contou.

No último dia 4, a Justiça inclusive determinou liminarmente a indisponibilidade de bens de Sebastião e dos dois ex-funcionários, em razão da gravidade do ato e a necessidade de garantir o ressarcimento do patrimônio público.

### OUTRO LADO

O ex-vereador Sebastião Sabino declarou que ainda não foi ouvido pelo Ministério Público e nem notificado pela Justiça sobre esta Ação de Improbidade, e negou as acusações.

“Posso garantir que eles trabalhavam, tenho provas documentais e suas digitais. Além de vereador, sou gestor público e sempre combati servidores que não trabalham conforme a lei”, disse.

Sobre o trabalho dos assessores externos, alegou que supervisionava os relatórios dos servidores.

“Eu trabalhava de segunda a segunda, o que ganharia para manter um funcionário fantasma? Eu avaliava os relatórios, e você tem que confiar no que a pessoa está descrevendo ali”, afirmou.

O ex-vereador Alceir de Almeida foi procurado, mas não foi localizado pela reportagem.

### CASOS DE EX-PRESIDENTES

#### Fantasmas

Três ex-presidentes da Câmara da Serra foram denunciados pelo Ministério Público por Improbidade Administrativa, por manter funcionários fantasmas em seus gabinetes. As gestões deles na Casa de Leis do município foram de 2007 a 2014.

#### Aloísio Santana

Foi presidente da Câmara da Serra de 2007 a 2008

#### Acusação

Responde a uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, por suspeita de que uma servidora seria funcionária fantasma. Ela atuou no gabinete dele de 2007 a 2013.

**Nomeação**

A denúncia também relata que houve desvio de finalidade na ocupação do cargo desta servidora, que teria sido contratada por ser viúva de um ex-vereador e ter perdido o direito à pensão.

**Raul César Lucas**

Presidiu a Câmara da Serra de 2009 a 2012.

**Acusação**

Um servidor contratado para atuar como assessor do vereador, por cerca de 12 anos, seria funcionário fantasma, pois só comparecia ao Legislativo para registrar sua frequência.

**Relatos**

No relatório de Resumo de Atividades, o próprio servidor demonstrou que atendia somente interesses particulares e eleitorais do vereador. Alguns exemplos de atividades dele:

- "Estive em Jardim Bela Vista à procura de um velho amigo"
- "Reunião de família em minha casa a tarde e à noite confraternização"
- "Estive em Carapina Grande com amigos do bairro me informando de como vão as coisas"

**Prejuízo**

De 2005 a 2016, o servidor recebeu ao todo R\$ 336.211,71 em salários. O Ministério Público pede que este valor seja devolvido aos cofres públicos, corrigido, o que representa hoje R\$ 861.524,27.

**Guto Lorenzoni****Acusação**

A mesma servidora, que teria sido funcionária fantasma no gabinete de Aloísio Santana, foi chefe de gabinete da Presidência na gestão de Lorenzoni, e também é acusada de não trabalhar.

**Outro emprego**

Embora o cargo na Câmara da Serra seja de 40 horas semanais, a servidora também trabalhava no supermercado de seu marido, inclusive com vínculo formal de emprego.

**Prejuízo**

De abril de 2014 a janeiro de 2015, a servidora recebeu ao todo R\$ 17.198,01 em salários. O Ministério Público pede que este valor seja devolvido aos cofres públicos, corrigido, o que representa hoje R\$ 28.870,27.

**Fraude****Raul César Nunes****Licitação**

O ex-vereador também responde por suposta fraude a licitação, durante a obra de reforma da Sede da Câmara, em que teria havido um prejuízo de R\$ 166 mil.

Acordo com MPES não saiu do papel

Uma das medidas que poderia permitir maior controle sobre os assessores externos de vereadores, evitando a prática institucionalizada de manter funcionários fantasmas, foi praticamente abolida pelos parlamentares da Serra desde 2015.

Um ano antes, o Ministério Público firmou com a Câmara da Serra um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) prevendo que somente oito dos 15 assessores dos gabinetes de cada vereador estariam isentos de bater ponto.

Esses servidores, entretanto, deveriam ficar obrigados a elaborar relatório mensal detalhado das atividades, protocolado necessariamente no setor administrativo da Casa. Tal relatório deveria ser atestado pelo vereador responsável e obedecer a um modelo padronizado pela Câmara, válido para todos os gabinetes. A eventual não entrega do documento caracterizaria falta funcional do servidor.

Contudo, como o TAC não havia sido regulamentado, durante o período de quase um ano nenhum assessor de gabinete estava obrigado a bater ponto. Nesse intervalo de tempo, os vereadores aprovaram uma resolução em que aumentaram para dez o número de liberados de bater o ponto, e estabeleceram que esses assessores só precisam assinar um relatório genérico e não padronizado, supervisionado por um servidor a quem o vereador delegaria a tarefa.

O Ministério Público chegou a entrar na Justiça para suspender a resolução da Câmara e fazer com que o TAC fosse cumprido, mas a Justiça entendeu que o objeto do TAC, que é a implantação e regulamentação do sistema biométrico de controle de frequência, é questão interna que deve ser resolvida no âmbito do Poder Legislativo.